

O rebelde otimista

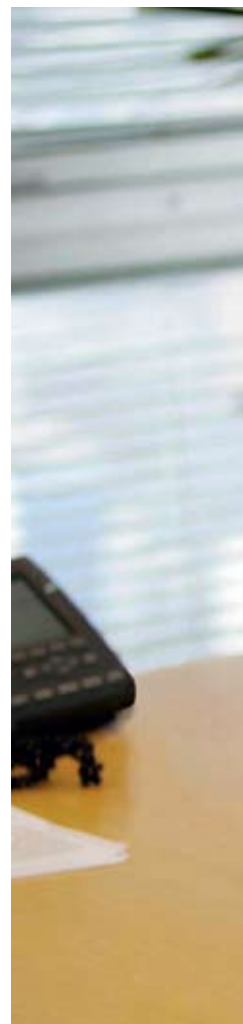
Ao questionar o senso comum, o economista Antônio Barros de Castro anteviu os rumos e as necessidades do Brasil

“O conhecimento não pode ter morada”: esta frase, dita por Antônio Barros de Castro (1939-2011), define a trajetória profissional e pessoal do economista morto em agosto, vítima de um acidente na laje de concreto que cobria seu escritório, no Rio de Janeiro, ferindo-o mortalmente. Em seu computador, onde escrevia e que, por uma terrível ironia, não foi atingido, estavam anotações para a aula-conferência que iria proferir na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) sobre o tema que, desde 2007, o fascinava: a China. No Brasil foi, aliás, um dos primeiros a perceber as dimensões do fenômeno asiático e pensar em como o país poderia aproveitar as lacunas chinesas em seu favor. Estar à frente dos outros e questionar o senso comum eram suas marcas. Como historiador, foi o primeiro a mostrar que a agricultura não foi responsável pelo atraso da industrialização brasileira. Depois defendeu estratégias de crescimento de um governo militar sem se preocupar com a crítica de colegas à esquerda, que só previam catástrofes e estagnação. Antes mesmo de se fa-

lar na atual ascensão da “classe C”, o economista já afirmava que ela era o centro de gravidade do desenvolvimento econômico, antevendo a sua entrada no mundo do consumo de forma positiva quando outros não acreditavam que seria a demanda dessas classes, e não as reformas sociais, que colocariam o país em funcionamento. Era também um grande apologista da inovação e crítico da “preguiça” das empresas em investir na tecnologia e criar produtos novos e brasileiros.

“Era um intelectual na expressão plena do termo, que nos fará muita falta pelo brilho, pela originalidade, pela forma de nos instigar a pensar de forma criativa os problemas que temos pela frente”, afirma o economista Carlos Américo Pacheco, professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “O que marcou o professor Castro foi a originalidade e uma forma diferente de pensar, de identificar aspectos a que os outros não davam atenção.” “Professor emérito, ele foi reverenciado ao longo de toda a sua vida como docente respeitoso da dignidade e compromisso essencial de ser professor. Foi brasileiro com B

O economista Antônio Barros de Castro concede entrevista na sede do BNDES em 2005





maiusculo. Castro sempre pensou o mundo, a economia, a sociedade a serviço do sonho de uma civilização brasileira sem xenofobia, sem arrogância, sem prepotência, como uma outorga de nossas qualidades potenciais”, lembrou o amigo de longa data, o economista Carlos Lessa. Foram colegas de turma na antiga Faculdade Nacional de Economia da Universidade do Brasil, hoje UFRJ, onde estudaram juntos entre 1956 e 1959. No futuro, Barros de Castro foi mestre de outros grandes economistas.

“Fui aluno dele na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em 1964, onde ele se destacava pela sua didática notável, pelo seu conhecimento e suas posições políticas de esquerda. Fomos colegas docentes na Unicamp. Castro sempre sobressaiu por assumir posições que nem sempre eram comuns entre seus colegas economistas críticos, pois esposava um pensamento fortemente otimista. Sem dúvida, foi um dos grandes economistas brasileiros”, elogia o economista da Unicamp Wilson Cano. Curiosamente, o irrequeto “otimista” voltou-se para a economia, ainda adolescente, por causa

de uma crise financeira que atingiu seu pai, um fazendeiro de café em Paraíba do Sul, nos anos 1940. “Mais de uma vez chegou a faltar dinheiro para o colégio. Tenho a impressão de que foi assim que descobri esse pesado condicionante da vida que é, no nosso jargão, a ‘restrição orçamentária’. Desde cedo comecei a ler sobre economia agrícola. Era o apetite pelos problemas econômicos nascendo”, afirmou no livro *Conversas com economistas II* (Editora 34).

A experiência o levou a evitar os números frios e a refletir os problemas econômicos no longo prazo, num viés humanista que cultivou a partir dos 16 anos, quando começou a devorar livros de filosofia de Sartre e Camus. Por isso, após se formar economista, foi cursar a Faculdade de Filosofia, onde ganhou uma bolsa de estudos da Rockefeller Foundation e foi para a London School of Economics. Lá, dizia, dava mais atenção às aulas do filósofo da ciência Karl Popper: “Só estudei marginalmente economia”. Numa preleção de Popper, o brasileiro, tímido, deu suas opiniões e encantou o mestre, que o convidou a juntar-se ao seletivo grupo de 11 alunos. “Eu era

o único bárbaro, o único ignorante no meio daquela gente com Ph.D.” A experiência foi marcante. “Por influência seguramente de Popper, na minha visão de mundo, o ‘faro’ e a sensibilidade contam muito no avanço do conhecimento. A lógica e os dados servem para questionar. O que produz é a imaginação.”

Algo que nem sempre encontrara na faculdade brasileira. “Meu curso de economia foi feito numa escola de total insulamento, com professores conservadores, numa redoma onde não se falava da Cepal ou do debate Roberto Simonsen *versus* Eugênio Gudin. Era uma formação duplamente anacrônica: não tinha a ver com o país febril de JK, nem com a teoria convencional da época. O movimento político era ínfimo dentro da escola e eu tinha uma tendência de esquerda, sem conseguir traduzi-la numa reflexão alternativa sobre o Brasil.” Em Londres teve suas primeiras experiências políticas e, quando voltou ao Brasil, em 1962, teve um verdadeiro choque com o Brasil, “que encontrei absolutamente politizado”. Reencontrou Lessa e Maria da Conceição Tavares e foi lecionar com eles no curso BNDE-Cepal, onde foi convidado, ao lado de Lessa, a escrever *Introdução à economia: uma abordagem estruturalista* (1967).

Naquele momento, intelectuais brasileiros questionavam o pensamento econômico tradicional, se recusando a adotar teorias estrangeiras que não davam conta da realidade nacional, bem como do modelo preconizado pelo Partido Comunista Brasileiro. “Eu me identificava com o Caio Prado Jr. pela sua rebeldia, pelo seu pensamento crítico, que sempre questionava o que lhe haviam ensinado.” Em “Agricultura e desenvolvimento no Brasil”, publicado em *Sete ensaios sobre a economia brasileira* (1969), por exemplo, na contramão da época, afirmava que a agricultura não foi um freio à industrialização nacional. Como decorrência, não havia necessidade de grandes transformações no sistema de acumulação brasileiro. No livro afirmava que o sistema econômico nacional era capaz de se expandir sem reformas sociais. “Era o avesso das teses ‘estagnacionistas’, obsessão da esquerda. Eu não via esgotamento na industrialização brasileira e acreditava que estávamos prestes a retomar o crescimento. Era a última coisa que

Mais inovação e nova estrutura produtiva

Três contribuições de Barros de Castro para a compreensão da economia brasileira

1 Defendeu que embora a indústria tenha passado bem pelo teste da abertura da economia, há limites derivados das respostas espontâneas das empresas. Mostrou que, apesar de haver muitas empresas já de classe global, em muitos casos elas têm estratégias pouco inovadoras, dando maior atenção às suas funções produtivas

a esquerda queria ouvir em plena ditadura, convencida que o país caminhava para uma crise profunda.” O desconforto de muitos colegas cresceu quando Barros de Castro analisou o equívoco da esquerda, para a qual o consumo dos setores de baixa renda não era suficiente para viabilizar o crescimento da produção. Pensava-se que os bens duráveis integravam apenas a cesta de consumo das classes médias e altas, um engano compartilhado, de início, por ele. “Não nos dávamos conta de que os duráveis já eram consumidos pelo operariado industrial. Muitos, obcecados pela má distribuição de renda, ignoravam a dinâmica da oferta e não acreditavam no funcionamento do capitalismo entre nós.” Em artigos como “O mito do desenvolvimento econômico segundo Furtado” (1979) ou no livro *O capitalismo ainda é aquele* (1979), Barros de Castro mostrou que o crescimento não era limitado pela dificuldade de incorporar novos consumidores ao mercado. “Isso ocorre sem que a distribuição de renda tenha sido corrigida. Somos campeões da desigualdade, mas as diferenças relativas não têm por que congelar o consumo dos pobres.”

CÍRCULO VIRTUOSO

O economista foi pioneiro ao propor um modelo de crescimento via consumo de massas e acreditava na possibilidade de um círculo virtuoso de crescimento com o aumento de investimentos e de produtividade aliados ao aumento nos salários dos trabalhadores, rompendo a demanda reprimida. “Há uma tendência de que a

2 Indicou que os interesses presentes, segundo ele, já estabelecidos em nossa estrutura industrial, às vezes impedem o país de avançar. O crescimento funciona, nesse caso, como um anestésico. Não raro, mudar a estrutura produtiva passa ao largo do interesse concreto das lideranças industriais

missão do intelectual é explicar o fracasso: para muitos, períodos de crescimento eram apenas suspensões momentâneas do destino.” Ganhou assim o rótulo de “otimista”. Mas a publicação de *Economia brasileira em marcha forçada* (1985), em que defendia, com ressalvas, a política econômica do governo Geisel do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), rendeu muitas dores de cabeça. “O plano era ousado e pertinente, ao contrário do populismo da direita liberalizante do Chile e da Argentina na época. Lá foi um fracasso. Aqui, o PND gerou hidrelétricas e fábricas.”

“Ele viu o que não vimos. Pouco preso às conjunturas, profundamente estruturalista e um economista do mundo real, ele foi buscar outra interpretação dos impactos do II PND. Não que concordasse com as consequências do endividamento ou que não fosse um crítico ácido do autoritarismo, mas queria entender que rupturas haviam sido postas em marcha com o plano e que permitiriam ao Brasil trilhar novos caminhos, depois de sanada a crise da dívida”, observa Carlos Pacheco. Colegas como Lessa e Conceição Tavares o criticaram, bem como os novos colegas da Unicamp, universidade onde fez seu doutorado, em 1977, e lecionou durante os anos 1970, trocando-a pela UFRJ em 1980. Em 1993, assumiu a presidência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), durante o governo Itamar (voltaria à instituição, em 2004, como diretor e assessor da presidência). “Havia uma desconfiança de que eu estaria travando a privatização. Aprendi com pessoas

3 Defendeu que o Brasil terá de se reinventar para ser bem-sucedido em uma economia mundial mudada pela China. Diante da competição chinesa, não adianta proteger setores industriais para que fiquem um pouco mais sofisticados, porque os asiáticos fazem o mesmo com maior velocidade. Não adiantar fazer uma política industrial presa ao passado

que respeito que a privatização virou a salvação de empresas sucateadas. Passei a apoiá-la, sem fazer dela um objetivo em si, que, para mim, deveria ser transformar as empresas públicas em líderes privadas da economia.”

“Seu olhar sobre as estratégias das empresas se distanciava da vala comum. Alguns só viam modernização passiva e uma especialização regressiva, enquanto outros glorificavam a abertura da economia e o aumento da produtividade. Barros de Castro viu avanços no que chamou de segundo *catch-up* da indústria brasileira”, nota Pacheco. “Mas temia riscos, em especial na estratégia pouco inovadora das empresas, presas apenas à mudança de suas funções produtivas, presas ao passado.” Criticava a acomodação à mera capacidade de fabricar, insistindo para que as empresas inovassem, adaptando produtos para consumidores de baixa renda, o que o levou a observar o fenômeno chinês. “Desde cedo as empresas chinesas se voltaram para a massa do seu país, em vez de disputar as classes médias e altas com multinacionais. Usando a tecnologia, revisaram processos e produtos, o que resultou na revolução dos preços chineses. Agora não são só os pobres chineses que consomem, mas os pobres brasileiros, os africanos etc. É um novo paradigma”, acreditava. Para ele, o “efeito China” precisava ser compreendido para mudar o modelo brasileiro. “O Brasil precisa se transformar estrutural e historicamente, pois estamos ingressando num mundo sino-cêntrico de onde derivam demandas e ofertas radicalmente diferentes daquilo com que o país se defrontava até recentemente.” Alertava: “Não tem que melhorar, tem que mudar. Otimização a China faz melhor”.

“Ele queria entender a experiência chinesa para mapear os desafios que colocava para o desenvolvimento do capitalismo, em especial o brasileiro. Sua morte prematura é a perda de um grande humanista, num momento em que o país necessita de contribuições para consolidar um desenvolvimento equilibrado econômico e social”, observa Claudio Salvadori Dedecca, professor do Instituto de Economia da Unicamp. “Era um intelectual de grandes *insights*, no sentido de que ‘o que produz é a imaginação’. Ele despertava o desejo de refletir”, avalia Carlos Pacheco. ■ **Carlos Haag**